

**Filipe Valentim Afonso**

Mestre em Arquitetura e Urbanismo  
Centro Universitário Santa Maria  
valentim.filipe@gmail.com

**Mirela Davi de Melo**

Mestra em Desenvolvimento Urbano  
Centro Universitário de João Pessoa  
mirelamelo.arq@gmail.com

## REFLEXÕES ACERCA DAS CONTRIBUIÇÕES DE CESARE BRANDI E GIOVANNI CARBONARA NO ENSINO DE PROJETO EM ÁREAS HISTÓRICAS NO SERTÃO DA PARAÍBA

### Resumo

Neste artigo refletimos sobre os desafios das intervenções arquitetônicas em áreas históricas do sertão paraibano, marcadas pela carência de fiscalização e pela ausência de formação especializada, cenário que contribui para a existência de práticas que não dialogam com o patrimônio edificado. Isso pode ser evidenciado, especialmente, nas áreas centrais onde edificações coloniais e oitocentistas convivem com construções contemporâneas genéricas, sobretudo em áreas comerciais, com letreiros e cores destoantes que comprometem a paisagem. No entanto, a atuação recente dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Alto Sertão paraibano tem iniciado processos de conscientização sobre preservação. Assim, destaca-se a experiência da disciplina Projeto de Intervenções em Áreas Históricas, em um curso de Arquitetura e Urbanismo em Cajazeiras. A disciplina foi estruturada em três etapas: diagnóstico, estudo preliminar e anteprojeto, e toma como base as teorias dos restauradores como Viollet-le-Duc, Ruskin e Brandi; as cartas patrimoniais; e referências projetuais com boas práticas de preservação. Nesse contexto, temos como objetivo geral evidenciar, nos resultados da disciplina, aproximações com a teoria de Giovanni Carbonara, que não é estudado pelos discentes, mas que entende a restauração como ato de projeto crítico-conservativo. Dessa forma, almejamos destacar o alinhamento existente com a teoria de Brandi, reforçando uma continuidade de princípios projetuais. Por fim, destacamos a aproximação entre teoria e prática voltada para a formação de profissionais mais sensíveis ao patrimônio em contextos urbanos com uma ineficaz gestão patrimonial.

**Palavras-chave:** Patrimônio histórico; Restauo; Sertão paraibano; Prática docente.

## REFLECTIONS ON THE CONTRIBUTIONS OF CESARE BRANDI AND GIOVANNI CARBONARA TO THE TEACHING OF DESIGN IN HISTORIC AREAS IN THE SERTÃO OF PARAÍBA

### Abstract

This article reflects on the challenges of architectural interventions in historical areas of the Paraíba hinterland, which are marked by a lack of oversight and the absence of specialized training — a scenario that fosters practices disconnected from the built heritage. This is particularly evident in central areas, where colonial and 19th-century buildings coexist with generic contemporary constructions, especially in commercial zones, where signage and discordant colors compromise the landscape. However, the recent efforts of Architecture and Urbanism programs in the Upper Sertão region of Paraíba have begun to raise awareness about preservation. One noteworthy example is the course Design in Historical Areas, offered in an Architecture and Urbanism program in Cajazeiras. The course was structured in three phases: diagnosis, preliminary study, and design proposal. It is grounded in the theories of restoration scholars such as Viollet-le-Duc, Ruskin, and Brandi; international heritage charters; and design references that demonstrate best practices in preservation. In this context, the article's main objective is to highlight, through the course outcomes, connections with the theory of Giovanni Carbonara — a theorist not studied directly by the students — who views restoration as a critical-conservative design act. Thus, we aim to underscore the alignment with Brandi's theory, reinforcing a continuity of design principles. Finally, the article emphasizes the connection between theory and practice aimed at training professionals who are more sensitive to heritage in urban contexts with ineffective heritage management.

**Keywords:** Historical heritage; Restoration; Paraíba hinterland; Teaching practice.

## INTRODUÇÃO

Ao visitar cidades do sertão paraibano, encontramos diversos centros históricos com arquiteturas setecentistas e oitocentistas, as quais convivem com edificações contemporâneas projetadas sem cuidado ou respeito às preexistências. De forma geral, especialmente nas vias dedicadas a usos comerciais, as construções do presente assumem um caráter bastante genérico: platibandas chamativas, vitrines, muitas cores e letreiros, dentre outras soluções que visam sobressair cada estabelecimento do seu entorno, num conflito pela maior visibilidade em que a arquitetura de valor patrimonial sai perdendo.

Essa realidade é corriqueira no Brasil e pode ser observada em diferentes escalas, nos mais diversos Estados do país. As cidades, de pequeno e médio porte, enfrentam desafios em relação à gestão patrimonial, principalmente, por encontrar dificuldades na identificação e na valoração dos bens patrimoniais locais que não se encaixam dentro da compreensão de monumentalidade e excepcionalidade difundida internacionalmente (Brunozi e Cunha, 2024).

Vários motivos podem ser traçados para justificar essas práticas. Brunozi e Cunha (2024) afirmam que nas cidades de pequeno porte existem limitações técnicas e legislativas para implementar práticas efetivas que considerem as particularidades locais. Isso se deve a uma quantidade insuficiente de técnicos locais especialistas em patrimônio, bem como a baixa quantidade de estudos sobre a temática.

Somado a isso, podemos dizer que a distância dos grandes centros e das sedes dos órgãos responsáveis por fiscalizar esse patrimônio edificado corrobora para esse cenário. No estado da Paraíba, que conta com 223 municípios, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) possui apenas 4 funcionários para visitar todo território e conferir se as intervenções nas áreas de preservação estão adequadas.

Além disso, apenas na última década passaram a ser instaurados cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo nas porções do Alto Sertão paraibano, começando muito recentemente um processo de formação e conscientização de profissionais, que atuam na construção civil, com relação às intervenções em áreas históricas. Logo, pode-se concluir que está em fase inicial a difusão de posturas intervencionistas visando a harmonia entre passado e presente no patrimônio edificado dessa região, uma discussão que por si só já é desafiadora e não consensual.

Em Cajazeiras, município a aproximadamente 470 km da capital paraibana, vivenciamos o desafio de lecionar a disciplina Projeto de Intervenções em Áreas Históricas, no curso de Arquitetura e Urbanismo. Observamos que os discentes trazem enraizados em si a visão distorcida de que o projeto em centros tradicionais segue duas abordagens distintas: ou o falso histórico e pastiche, que se confunde às edificações históricas, ou o contraste e destaque absoluto da obra nova. Logo, como ensinar uma teoria intervencionista mais conciliadora, num contexto em que a prática é tão distante desses

fundamentos, em que a realidade não possui repertórios locais como bons exemplos?

Devido ao tempo curto para aprofundar os fundamentos teóricos, optamos por trazer em nossa didática uma narrativa que se inicia nas teorias de Eugène Viollet-le-Duc e John Ruskin e culmina na Teoria da Restauração de Cesare Brandi (2004), publicada originalmente na década de 1960, dando destaque nesse processo, às contribuições da Carta de Veneza (1964) para reflexões contemporâneas acerca do patrimônio. A partir desse aporte teórico-metodológico, os discentes passam a desenvolver seus projetos de restauro, na acepção ampla da palavra que abrange as ações no bem imóvel preexistente e a inserção de uma nova construção, de forma a preservar a paisagem histórica dos centros tradicionais.

Assim, esse artigo advém da ideia de contrapor os resultados da disciplina a discussões teóricas mais atuais, com destaque à teoria de Giovanni Carbonara, a qual não é estudada pelos graduandos. Desenhamos como objetivo identificar nos resultados da unidade curricular de Projeto de Intervenções em Áreas Históricas características da teoria conservativa de Giovanni Carbonara. Dessa forma, acabamos por traçar um alinhamento direto dessa teoria com a de Brandi, a qual fundamenta os projetos, reforçando uma continuidade dessas abordagens.

O texto divide-se em três partes. Primeiro, explicamos de forma mais ampla a metodologia empregada na unidade curricular com ênfase nos fundamentos teóricos mais discutidos. Em seguida, desenvolvemos a relação entre as teorias de restauração de Brandi e Carbonara, esclarecendo os principais conceitos trazidos nessas abordagens. E por fim, analisamos quatro projetos de diferentes semestres, mostrando como tais princípios se materializam em soluções projetuais.

A contribuição e justificava dessa discussão é evidente, pois serve para apontar caminhos para uma prática de intervenções em áreas históricas viável e bem amparada técnica e teoricamente, substituindo o empirismo e aleatoriedades que vivenciamos nos centros históricos das cidades sertanejas, tão ricas culturalmente, e que podem ter sua história enaltecida por meio de projetos adequados que deem o devido destaque ao patrimônio local.

### **PENSAR O PROJETO A PARTIR DA TEORIA: ASPECTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DA DISCIPLINA PROJETO DE INTERVENÇÕES EM ÁREAS HISTÓRICAS**

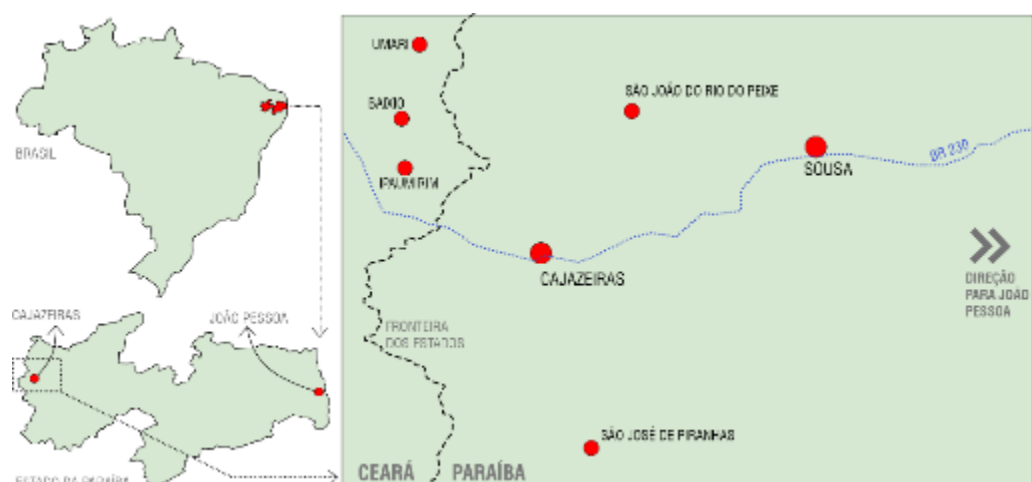
No contexto do sertão paraibano as questões sobre patrimônio e preservação são mais críticas, uma vez que há limitações nas atuações dos institutos de preservação, tanto estadual (IPHAEP), quanto federal (IPHAN). A cidade de Cajazeiras, em específico, tem o seu centro histórico delimitado e reconhecido pelo IPHAEP através do Decreto Estadual nº 25.140/2004, no entanto, não se identificam ações da gestão voltadas para a preservação da área, tampouco instrumentos que busquem expandir a compreensão do patrimônio para além da materialidade.

Assim, entende-se que os projetos de intervenções, na grande maioria das vezes, ficam à critério do arquiteto ou engenheiro civil responsável pela construção, que pode ser influenciado pelo proprietário da obra. Em muitos casos, não há sensibilidade em entender e considerar as peculiaridades de cada objeto patrimonial nos projetos, resultando em impactos na edificação e na paisagem.

Diante desse cenário, a disciplina de Projeto de Intervenções em Áreas Históricas assume um papel importante no sertão da Paraíba. Ela é ofertada no curso de Arquitetura e Urbanismo e por isso atua diretamente na formação dos profissionais que serão capazes de desenvolver um olhar sensível às complexidades envolvidas das questões patrimoniais. Assim, tem como ementa a elaboração de projeto de intervenção em áreas históricas por meio da aplicação dos métodos, técnicas e regulamentações sobre a preservação, conservação, restauração, reabilitação e revitalização dos espaços tombados, em concordâncias com os determinantes econômicos, sociais, culturais e físico-espaciais, tecnológicas e estéticas da realidade.

Frente a essa premissa, deixamos a cargo dos discentes a escolha de uma edificação que apresente valor cultural e potencial para ser reabilitada com a sua adequação a um novo uso, bem como, com a inserção de uma edificação anexa à preexistente, de forma a complementá-la. Tendo em vista o fato de que muitos discentes advêm de cidades vizinhas, as vezes sítios e distritos, tal abordagem tem como objetivo pulverizar nesses contextos urbanos de menor porte, e por vezes, negligenciados pelos órgãos de preservação oficiais, ações de documentação desse patrimônio mais singelo. Com efeito, geralmente os objetos de estudo trabalhados comumente extrapolam os limites de Cajazeiras, e inclusive, do estado da Paraíba. Cidades como Baixio e Ipaumirim, no Ceará; bem como, Sousa, São João do Rio do Peixe e São José de Piranhas são frequentemente escolhidas como localidades para estudo (figura 1).

**Figura 1.** Mapa de localização do Estado da Paraíba, Cajazeiras e circunvizinhanças. Fonte: Elaborado pelos autores (2025).



Metodologicamente, ao longo do semestre a disciplina é organizada em três etapas. A primeira etapa é a fase de diagnóstico e compreende uma investigação sobre os aspectos históricos, físicos e urbanos da área de intervenção. Como produtos temos o contexto histórico, o levantamento arquitetônico e o mapa de danos do objeto de estudo; e, ainda, a análise do

seu entorno, do ponto de vista da morfologia da arquitetura preexistente e das características urbanas da área. São elaborados mapas temáticos como de uso e ocupação do solo, gabarito, tipologias, polos atratores, entre outros.

Nesse primeiro momento também trazemos o suporte teórico, que acontece por meio das aulas, alternando entre exposições e debates. Os conteúdos ministrados abrangem as cartas patrimoniais, o estudo de alguns restauradores ao longo dos séculos e textos contemporâneos sobre intervenções em áreas históricas, pautados em discussões sob a ótica do restauro crítico-conservativo.

Assim como Kühl, partilhamos da ideia de que “os preceitos teóricos oferecem chaves de interpretação, auxiliam na problematização e na tomada de decisão, algo que não se faz com pensamentos binários, nem desqualificando princípios nem os confundindo com uma simplificação de passo a passo de manual” (Kühl, 2022, p. 56). Assim, ao situar o discente acerca do modo como os conceitos de preservação foram revisados e relidos ao longo do tempo, sempre ancorados por questões culturais, formais, históricas, simbólicas etc., acreditamos que contribuímos para a formação de uma consciência crítica, a qual vai influenciar a forma como o aluno fará sua leitura do lugar e, posteriormente, intervirá nele.

A segunda etapa corresponde ao que chamamos de estudo preliminar. Nesse momento, a partir do diagnóstico realizado, os discentes definem um uso mais pertinente e elaboram o programa de necessidades, compatibilizando o uso à edificação, almejando o mínimo de impacto possível em sua estrutura. Em seguida é produzida uma proposta preliminar com apresentação do conceito, zoneamento/setorização e partido com estudo volumétrico.

Em paralelo ao exercício projetual é realizado um estudo de projetos referenciais de intervenções em áreas históricas, onde busca-se investigar as soluções arquitetônicas com base na teoria vista anteriormente. Nesse estudo sugerimos aos discentes algumas produções específicas, consideradas experiências de restauro bem-sucedidas, tais como proposições de Lina Bo Bardi no estado da Bahia e projetos do escritório Brasil Arquitetura, de Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci. Destacamos a importância de buscar por repertórios projetuais brasileiros que estão mais enquadrados dentro do restauro Crítico Conservativo.

A terceira, e última etapa, é o anteprojeto arquitetônico. Os discentes finalizam o exercício projetual sintetizando todas as informações e apresentando especificações técnicas em pranchas no formato concurso, atrelando a representação gráfica aos textos e imagens, que têm como intuito evidenciar o tratamento da edificação histórica, a volumetria, a materialidade e a inserção no entorno.

Neste texto iremos focar na relação da teoria discutida na primeira etapa e a produção do projeto de restauro. Dessa forma, a partir de agora teremos um aprofundamento de quais são os conteúdos teóricos e como são abordados.

Inicialmente selecionamos algumas cartas patrimoniais e documentos que são marcos para a discussão patrimonial tais como: Carta de Atenas (1931), Carta

de Veneza (1964), Recomendação de Paris (1972), Carta de Washington (1987), Carta de Petrópolis (1987), Recomendação Europa (1995) e Recomendação Paris (2003), e ainda, o documento sobre autenticidade resultante da Conferência de Nara (1994). Trabalhamos esses textos em uma metodologia ativa em que os discentes situam cada documento no espaço-tempo e sintetizam os principais conceitos expressos neles. Em meio a esse debate, reforçamos como se deu a evolução do conceito de preservação ao longo do tempo, chegando à definição de paisagem cultural.

Complementarmente, em outros dias, temos aulas sobre as principais contribuições dos restauradores Viollet-le-Duc, John Ruskin, Camillo Boito, Gustavo Giovannoni e Cesare Brandi. É evidenciada a dicotomia presente nas visões de restauro de Viollet-le-Duc (forte intervencionista) e John Ruskin (aversão à restauração), deixando claro o caráter radical da teoria defendida por cada um.

Camillo Boito e Gustavo Giovannoni são apresentados como restauradores com visões mais equilibradas quando comparados aos dois iniciais. Destacamos o fato de que esses arquitetos assumiram posturas críticas, que tomavam como partido uma rigorosa pesquisa documental e a busca por informações sobre o patrimônio, justificando cada ação do restauro e prezando pela distinção dos materiais. No caso de Giovannoni, em especial, ressaltamos sua contribuição para a compreensão do patrimônio urbano, o qual deve estar integrado a uma concepção geral do planejamento do território (Choay, 2017, p. 194).

Posteriormente, apesar de ter sua teoria voltada para a obra de arte, Cesare Brandi é abordado com mais ênfase, uma vez que é tido como um importante referencial no campo arquitetônico. Exploramos suas recomendações sobre a distinguibilidade dos materiais – necessidade de utilizar materiais contemporâneos nas intervenções – e a unidade potencial do bem patrimonial. A teoria de Brandi será aprofundada mais adiante no texto.

Além disso, são discutidos textos – artigos publicados em revistas reconhecidas na área – que reforçam as diretrizes apresentadas na Carta de Veneza (1964) e na teoria de restauro de Brandi, se contrapondo às recomendações das legislações estaduais na Paraíba, que também são referências para a tomada de decisões no processo de projeto da disciplina.

A partir do exposto fica evidente que as teorias de restauro abordadas na disciplina e que fundamentam boa parte das discussões contemporâneas sobre preservação do patrimônio cultural foram historicamente formuladas a partir de debates desenvolvidos no contexto europeu. Apesar de existirem pesquisas e produções acadêmicas locais, bem como, autores nacionais relevantes para o campo disciplinar, muitos dos conceitos empregados são originalmente criados por percepções europeias adaptadas às realidades locais. Nesse sentido, destacamos a importância da análise de projetos nacionais dentro da disciplina, como uma tentativa de aproximação das teorias consagradas com a realidade do território brasileiro.

Sobre as legislações, explicamos como se dá o processo de tombamento, tanto pelo IPHAN, quanto pelo IPHAEP, e especialmente, estudamos o Decreto Estadual nº 33.816 de 05 de abril de 2013, onde são abordadas as normativas técnicas para as áreas sob proteção estadual, que define os níveis de intervenção e quais as permissões e restrições para cada um.

Ao final, refletimos conjuntamente sobre a necessidade de o arquiteto e urbanisdesenvolver uma postura conciliatória entre as teorias e as normas vigentes, já que não há, aparentemente, diálogo entre elas. Buscamos sensibilizar os discentes para pensar em soluções de projeto que estejam embasadas no arcabouço científico, mas que se mostrem viáveis frente às limitações encontradas na prática, postas pelas legislações que precisam ser atendidas para que o projeto possa ser executado. É nesse contexto que a Teoria da Restauração, de Cesare Brandi, publicada inicialmente em italiano em 1963, ganha destaque na disciplina.

### **DE BRANDI A CARBONARA: ORGANIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ALGUNS FUNDAMENTOS DAS INTERVENÇÕES EM ÁREAS HISTÓRICAS**

Uma das razões para o destaque dado à teoria de Cesare Brandi (1906-1988) é o aspecto reflexivo presente em sua discussão, que não chega a montar uma resposta absoluta acerca do que fazer em cada intervenção, mas traz encaminhamentos sobre como pensar o restauro, considerando o objeto a ser restaurado como um produto cultural, o qual deve ser reconhecido como obra de arte e analisado acerca de seus aspectos físicos, formais e temporais. Esta concepção alinha-se com preceitos da Carta de Veneza (1964), produzida coetaneamente a alguns dos principais textos do autor, que destaca a compreensão do monumento histórico como um bem dotado de significação cultural salvaguardado enquanto obra de arte e testemunho histórico.

Nesse sentido, Cesare Brandi (2004) sugere uma relação dialética entre as instâncias histórica e estética da obra de arte, propondo um ato crítico em relação ao documento histórico, respeitando sua temporalidade, isto é, as várias fases por que passou a obra e as possíveis marcas da passagem o tempo. Assim, Brandi reflete sobre o restauro no que diz respeito ao tratamento da pátina, ao refazimento, às adições e às remoções – não propondo uma receita a se seguir, mas um procedimento que resulte em decisões fundamentadas na historicidade e esteticidade da matéria da obra de arte.

Reforçando este ponto, um dos axiomas mais destacados de sua teoria concerne ao princípio de unidade potencial, “a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (Brandi, 2004, p. 33). Essa unidade a que Brandi se refere não seria “orgânica funcional”, mas sim a configuração da imagem essencial para a compreensão da obra, que dá identidade artística e original ao objeto.

Para alcançar esta unidade, o autor lança mão de alguns princípios, que se tornam praticamente diretrizes para a intervenção no bem histórico. O primeiro deles é que a “integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isso se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir.” (Brandi, 2004, p. 47). Podemos traduzir esse ponto como a distinguibilidade da intervenção do tempo presente em relação à preexistência, considerando as distâncias de observação da obra de arte.

O segundo princípio é relativo “à matéria de que resulta a imagem, que é insubstituível só quando colaborar diretamente para a figuratividade da imagem como aspecto e não para aquilo que é estrutura”. Desse ponto extraímos a noção de intervenção mínima e compatibilidade técnica dos materiais. E por fim, o terceiro princípio “prescreve que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes facilite intervenções futuras” (Brandi, 2004, p. 48), que podemos compreender como a reversibilidade – a possibilidade de retirada e modificação da intervenção do presente, sem danos à preexistência.

Enquanto na disciplina findamos a discussão teórica no estudo dos princípios brandianos, que se reverberam e ecoam na Carta de Veneza de 1964, fora de sala de aula as reflexões avançaram mais, no que se refere ao campo disciplinar da teoria do restauro. Nesse sentido, um dos autores recentes que têm tido destaque é Giovanni Carbonara (1942-2023), cuja sistematização das práticas dentro desse campo tem sido uma das contribuições mais relevantes. Além da concatenação de várias visões, acumuladas ao longo do tempo, o autor traz uma reflexão importante voltada especificamente para a prática de restauro em arquitetura.

No seu texto, “*Il restauro non è conservazione...*” (2023), Carbonara aponta que na restauração arquitetônica é preciso fazer arquitetura – assim como no restauro da pintura, a qual se exige um fazer pictórico, ou da escultura, em que se também esculpe. Logo, demanda um fazer e pensar interconectados, abarcando reflexão sobre o analisar, o projetar, o construir e o demolir. Nesse sentido, ressalta que a restauração arquitetônica é, portanto, competência dos arquitetos – daí a importância de fortalecer esse campo disciplinar na formação acadêmica, enquanto preocupação deontológica.

Com efeito, na legislação profissional brasileira o projeto de restauro trata-se de uma atividade competente ao arquiteto e urbanista, estando todos estes profissionais formalmente habilitados para esse exercício (CAU-BR, 2012). Assim, o autor questiona qual seria a arquitetura adequada à inserção na preexistência. Numa área já fortemente alterada e habitada pelo homem, qualquer inserção arquitetônica modifica a relação existente entre os objetos, por sua vez “confrontar-se com o existente já é restauro” (Carbonara, 2023, p. 155).

Nesse cenário, o projeto de uma nova arquitetura deve partir de uma forte ponderação, baseada “no profundo conhecimento material do objeto, intensamente crítico e autocrítico, atento às razões da história e da preservação”, e, ainda, um ato projetual que deve estar consciente de que irá traduzir-se “tanto em realidade material quanto expressiva e figurativa”

(Carbonara, 2023, p. 174). Essa consciência, passa por várias reflexões, dentre elas a própria durabilidade da arquitetura, visto que não sabemos o quanto a restauração e inserção de nova arquitetura irá perdurar no futuro, sendo um legado da contemporaneidade para os próximos tempos.

Refletindo sobre a questão da linguagem adotada, o autor procura não trazer fórmulas, mas elenca algumas possibilidades com base nas experiências percebidas em diferentes contextos:

Já a partir de uma primeira e sumária abordagem sobre o tema da linguagem arquitetônica a ser adotada em contextos antigos, arquitetônicos ou urbanos, emergem três vias, uma modernista, [...]; uma historicamente “regressiva” e, em essência, repristinatória; e uma “terceira via”, evocada por muitos autores que se expressaram tanto contra a dissonância e o contraste quanto contra a imitação historicista, porém delineada mais precisamente por Sandro Benedetti, em termos de “escuta” e real atenção ao passado (Carbonara, 2023, p. 157).

Nesse sentido, essa terceira via, a opção “crítico-conservativa”, parece se “colocar hoje como a mais atualizada e que responde melhor a uma concepção culturalmente madura e sensível”, sendo de certa forma herança de um pensamento brandiano. Entretanto, Carbonara ressalta que “não existe uma opção linguística pré-estabelecida e, por si só, preferível; a questão é de método e de sensibilidade” (Carbonara, 2023, p. 159 e 160).

Desenvolvendo mais esses pontos, tomemos como referência sua obra: “*Architettura d’Oggi e Restauro. Un confronto antico-nuovo*”, uma vez que fundamenta o panorama teórico do restauro atual. Carbonara traz reflexões que culminam nas premissas do restauro Crítico Conservativo e, na atualidade, pode ser considerado como descendente do restauro crítico e da teoria da restauração de Cesare Brandi (Nahas, 2017).

Em busca dessa relação com a teoria da restauração de Brandi, iremos pontuar algumas categorias trazidas por Carbonara para os projetos de intervenções na contemporaneidade. Essas categorias são separadas em cinco grupos “[...] que por sua vez, são divididas em subcategorias que partem, no sentido progressivo, da avaliação da capacidade de respeito, do compromisso com o monumento, do juízo crítico do mesmo ao rigor metodológico aplicado na intervenção” (Nahas, 2017, p.02).

A primeira categoria é a “*Autonomia/Dissonanza*” (autonomia/dissonância), que reúne intervenções que propõem um novo uso para a edificação original, nesse caso, considera menos os elementos arquitetônicos e a história do monumento. Assim, cabe uma reflexão de que esse tipo de intervenção se distancia do conceito de restauro – na compreensão mais ampla do termo – e tem sua ação limitada a mudanças na matéria da pré-existência. Podem ser classificadas como: contraste / oposição; destaque/ indiferença; e distinção/ não assonância (Nahas, 2017).

A segunda é “*Assimilazione/Consonanza*” (assimilação/consonância), aqui há uma tendência à reprodução dos elementos do passado, caracterizando-se pelo que podemos chamar de pastiche. Nesse tipo de intervenção busca-se manter as características estilísticas do monumento para as novas inserções.

Apesar da manutenção do uso original da edificação, há um comprometimento do juízo crítico em relação aos princípios de restauro. Essa categoria também está dividida em três grupos: mimese / repositivo; analogia / tradição; e restituição tipológica (Nahas, 2017).

Como terceira categoria temos “*Rapporto dialettico/Reintegrazione dell’immagine*” (relação dialética / reintegração da imagem) em que se preza pela realização de um diagnóstico para entender a história e os valores estéticos dos monumentos enquanto condicionantes para a intervenção. Dessa forma, as decisões projetuais são guiadas pela necessidade de uma interação harmônica entre arquitetura contemporânea e o passado. Podemos encontrar três tipos dessa intervenção, são eles: dialética crítico-conservativa / reinterpretação; filologia projetual / coextensão; e reintegração da imagem / acompanhamento conservativo (Nahas, 2017).

A quarta categoria “*Non-intervento diretto*” (intervenção não direta) pode ser dividida em duas subcategorias: conservação imaterial / apresentação e intervenção ambiental / ordenamento indireto. É caracterizada pelo aspecto minimalista das soluções de restauro, configurando uma intervenção pontual, quase inexistente (Nahas, 2017).

Por último, a quinta categoria “*Casi Particolari*” (casos particulares) possui caráter especial, que não se insere nas categorias supracitadas. Pode ser classificada em: restauro urbano – monumento e a ambiência no tecido urbano; restauro de parques e jardins – trata da matéria viva e autenticidade; e cópia de monumentos históricos – possui finalidade pedagógica e está atrelada ao turismo (Nahas, 2017).

Considerando os pontos destacados na teoria da Restauração de Brandi e nas categorias das intervenções contemporâneas elencadas por Carbonara, iremos apresentar os projetos, resultados da disciplina Projeto de Intervenções em Áreas Históricas, identificando nas posturas projetuais influências da teoria de Brandi e Carbonara.

## **PRODUTOS DA DISCIPLINA: DA TEORIA À SOLUÇÃO**

### **ARQUITETÔNICA**

Para refletirmos sobre as soluções adotadas pelos discentes, optamos por selecionar dois objetos de estudos, localizados na cidade de Sousa/PB e quatro intervenções possíveis nessas áreas.

#### **a) Primeiro caso: conjunto de antigos armazéns de algodão**

Primeiro, tomamos como área de intervenção um conjunto de antigos armazéns de algodão localizado na Rua João Rocha, em porção sudoeste da cidade de Sousa/PB, a qual situa-se fora do perímetro de proteção do IPHAEP. De acordo com levantamento realizado pelos discentes, até alguns anos atrás tal área apresentava uma imagem marcada pelas edificações geminadas, com fachadas alinhadas ao limite da rua, frontão triangular e cumeeira transversal à via – uma imagem que gradativamente foi sendo descaracterizada, conforme pode se notar em comparação ilustrada na figura 2.

Além disso, no meio da quadra, uma porção vazia se apresentava, preenchida por vegetação selvagem e delimitada em suas laterais por duas edificações com leve estado de arruinamento, remanescentes da tipologia original. A intervenção dos alunos nessa área teria como objetivo recuperar as duas edificações abandonadas situadas nas laterais do vazio, e ocupar esse “miolo” da quadra com alguma função pertinente para a região.

**Figura 2.** Conjunto de antigos armazéns de algodão em Sousa/PB – antes e depois, com destaque para a lacuna na quadra.  
Fonte: Imagens extraídas do Google Earth, dos anos de 2012 e 2022, editado pelos autores (2023).



Um dos grupos que interveio nesta área optou por assumir o vazio existente, propondo uma nova ocupação recuada do leito da via e implantada no sentido longitudinal do lote – rompendo com a forma de ocupação histórica (casas estreitas e transversais à via) e reforçando a descontinuidade na leitura das fachadas. No entanto, posiciona, de forma intercalada, dois painéis de elementos vazados, a serem preenchidos com vegetação no plano vertical, de maneira que registre o limite frontal do lote e esconda a intervenção mais contemporânea aos fundos (figura 3).

**Figura 3.** Intervenção em conjunto de armazéns de algodão de Sousa - Grupo 1.  
Fonte: Elaborado por discentes do semestre 2022.1.



A edificação nova apresenta-se em duas partes: de um lado, paredes cegas pintadas com a mesma cor das edificações preexistentes; de outro, na parte central, um bloco em estrutura metálica e envidraçada, cuja aparência mais contrastante é amenizada pelos cobogós implantados no plano da rua. Segundo os discentes, os cobogós, além de marcarem a luz e dar privacidade ao bloco mais permeável visualmente, também harmonizam a instância estética do conjunto.

Nesse caso, podemos entender que os discentes trazem uma postura que se aproxima da primeira categoria elencada por Carbonara, a de autonomia/dissonância, em que o edifício novo adquire forte distinguibilidade, com uma leitura própria da contemporaneidade, a qual, em poucos traços remetem à preexistência. Apesar disso, a intervenção adota algumas soluções que suavizam essa possível discordância do contexto, garantindo o caráter

singelo da nova edificação na paisagem: a nova é caracterizada por tons sóbrios, gabarito baixo, simplicidade volumétrica e um paisagismo incorporado à arquitetura. Isto é, mesmo adotando uma linguagem contrastante do entorno, orientamos os discentes rumo a uma postura pouco agressiva à paisagem, que ainda coloque em evidência as edificações antes em ruína.

O outro grupo a trabalhar nesta área optou por um partido totalmente diferente do primeiro. A partir do estudo da morfologia da arquitetura na via, propôs uma intervenção marcada por blocos transversais, cujo perfil remete ao desenho dos armazéns de algodão existentes no local anteriormente. A ideia dessa volumetria é reconstituir a unidade potencial perdida do conjunto edificado, de forma a preservar a leitura e ritmo de coberta característico da rua, com telhado em duas águas e cumeeira transversal à via, mas numa roupagem contemporânea facilmente distinguível em que as instâncias estética e histórica do conjunto são equilibradas.

A marcação das cobertas e a forma geral da intervenção remete ao passado, reforçando a imagem da área, mas o detalhe arquitetônico é indubitavelmente do presente, com estrutura metálica, que traz princípios projetuais bem legíveis e atuais: a modulação do pórtico, painéis amplos de esquadrias e a integração visual entre coberta e vedação lateral, em chapas de telha termoacústica (figura 4). Diferentemente da implantação geminada tradicional, os blocos foram propostos com afastamentos entre si, possibilitando a inserção de jardins e reforçando o desenho do partido adotado. Além disso, apesar da marcação do volume ocorrer no limite frontal do lote, os acessos são recuados e conseqüentemente, protegidos pela cobertura, diferente das edificações antigas, onde as portas abrem-se diretamente sobre as calçadas, demonstrando a preocupação de aliar forma e funcionalidade.



**Figura 4.** Intervenção em conjunto de armazéns de algodão de Sousa - Grupo 2.  
Fonte: Elaborado por discentes do semestre 2022.1.

Diante disso, pode-se compreender que a forma resultante do estudo da imagem antiga, reinterpretada contemporaneamente, faz dessa intervenção um exemplar da terceira categoria de Carbonara, a qual diz respeito à relação dialética e reintegração da imagem. Nessa solução, há uma aproximação das formas do passado e do presente, sem que essas temporalidades se misturem ou se confundam – tal aproximação se deu a partir de uma leitura do objeto de estudo com vistas a definir parâmetros formais / volumétricos que seriam adotados para uma aparente continuidade visual entre esses tempos, garantindo uma unidade figurativa.

Ainda, as soluções reiteram a fala de Bonelli acerca da restauração arquitetônica, na qual afirma que “qualquer operação deverá ser subordinada ao escopo de reintegrar e conservar o valor expressivo da obra, visto que o objetivo a alcançar é a liberação da sua verdadeira forma” (2021, p. 187). No caso, recupera-se o desenho de uma tipologia edilícia existente no local, que corresponderia à “verdadeira forma”; o projeto novo fica subjugado a essa leitura do padrão edifício preexistente, mas espacializa-se e constrói-se de maneira contemporânea a partir de uso de estrutura metálica para sustentação e da própria telha termoacústica como vedação predominante.

Em ambas as intervenções as duas edificações preexistentes não recebem grandes alterações. Suas fachadas frontais são preservadas como estão, inclusive com as modificações feitas posteriormente; propõem-se aberturas laterais, em suas empenas cegas, antes geminadas, de forma a interligar com o anexo criado. Entendemos esses dois exercícios como soluções viáveis e pertinentes para o lugar, dentro das concepções trazidas no texto. São projetos com decisões conscientes, fruto da leitura do lugar e da teoria, a qual é tensionada e questionada em cada solução.

### **b) Segundo caso: estação ferroviária**

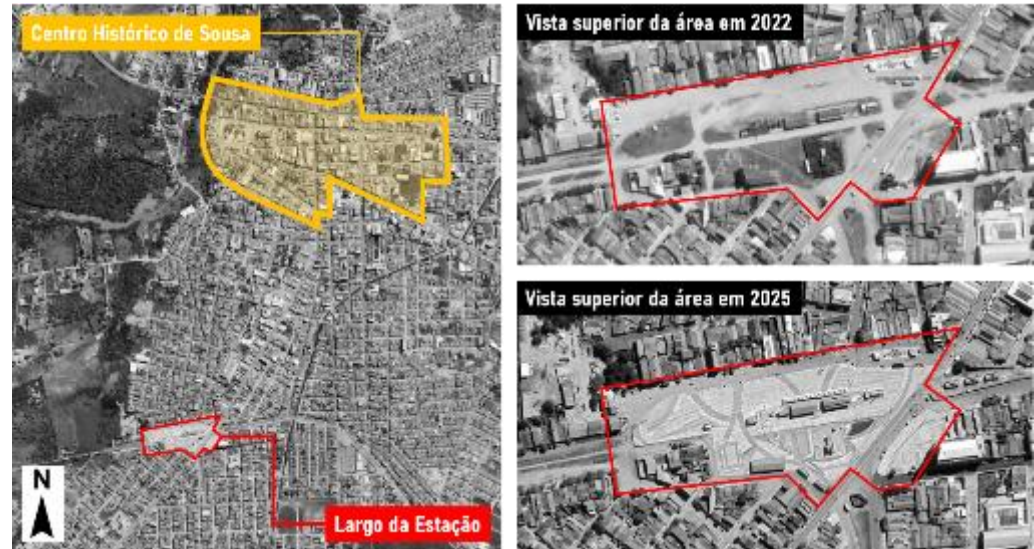
O conjunto arquitetônico que configura a antiga Estação Ferroviária da cidade de Sousa/PB, está localizado na Avenida Almirante Tamandaré, no Bairro da Estação, zona oeste do município. A estação foi inaugurada no ano de 1926, e, segundo o levantamento realizado pelos estudantes, a partir de 2010 foi abandonada, sendo ocupada informalmente por moradores de rua e passando por um rápido processo de deterioração (Figura 5). As edificações que formam esse conjunto pertencem a tempos distintos e ambas estiveram por muitos anos envoltas por uma área extensa descampada e sem tratamento urbano que comportava semanalmente uma feira livre; além disso toda a área é tida como um nó urbano, convergindo fluxos de automóveis que desejam entrar ou sair da cidade.



**Figura 5.** Estação Ferroviária de Sousa/PB.  
Fonte: Acervos dos discentes, 2021.1.

Diante desse contexto relevante para a dinâmica e mobilidade urbana, recentemente o local passou por uma obra de requalificação coordenada pela Prefeitura Municipal. No final de 2024 foi então inaugurado o denominado Largo da Estação Ferroviária, amplo espaço livre público, em que os edifícios da antiga estação passaram a servir como Museu do Ferroviário de Sousa (Figura 6). No ano de 2021, na disciplina Projeto de Intervenções em Áreas Históricas, utilizamos esta área como objeto de estudo, a partir de um interesse dos

próprios alunos que viam o potencial cultural e urbano da área, o qual, curiosamente, poucos anos depois veio a ser concretizado pelo poder público. Na ocasião, dois grupos assumiram posturas distintas frente ao desafio proposto na unidade curricular.



**Figura 6.** Localização do Largo da Estação Ferroviária de Sousa/PB. Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O primeiro projeto apresentado traz como partido a manutenção da linearidade das edificações da estação ferroviária, assim insere um anexo com volumes monolíticos, formas racionais e cores neutras que buscam dialogar com a edificação existente, mas mantendo uma evidente distinção (Figura 7). A proposta traz uma releitura de alguns elementos presentes na preexistência, tais como a disposição de dois blocos contíguos. Conforme estes se distanciam da edificação mais antiga da estação, assumem uma roupagem mais contemporânea com concreto aparente e amplas esquadrias; o bloco intermediário, por sua vez, adota uma pintura até metade da parede da fachada em cinza e a outra metade em amarelo, o que proporciona relação visual direta com a construção histórica.

A intervenção assume uma postura mais neutra, buscando a distinguibilidade dos materiais e da arquitetura para o anexo, mas não gera um contraste brusco com a estação, a depender do ponto de vista em que está sendo observado. Em relação ao tratamento da edificação histórica, os discentes fizeram restaurações pontuais, mantendo as características arquitetônicas presentes. O projeto se limita ao entorno imediato das edificações, explorando mais as soluções voltadas para a escala da arquitetura, apenas se preocupando em estabelecer um embasamento único interligando os pisos das edificações antigas e novas.

**Figura 7.** Intervenção em Estação Ferroviária - Grupo 1.  
Fonte: Acervo dos discentes, 2021.1.



Diante das soluções propostas, o projeto poderia ser enquadrado na primeira categoria descrita por Carbonara, a de autonomia/dissonância, já que utiliza de materiais e soluções contemporâneas que divergem claramente da estação ferroviária, no entanto, essa divergência, embora evidenciada na porção mais extrema da nova edificação, está amenizada no bloco mais próximo da estação. Neste bloco intermediário identificamos uma postura que se enquadra como a relação dialética/reintegração da imagem, se aproximando de um subtipo de intervenção denominado filologia projetual/coextensão, em que a arquitetura preexistente é lida, interpretada, e reproposta com elementos advindos da “linguagem” percebida da edificação de referência. Tal dualidade, isto é, a presença de soluções que podem ser interpretadas como parte da primeira e da terceira categoria enumeradas por Carbonara mostra que suas categorias sintetizam diferentes abordagens projetuais possíveis, mas não determina que elas não possam coexistir numa intervenção.

No segundo projeto temos uma leitura mais abrangente da área e uma intervenção que se interessou mais pelo impacto urbano. A proposta trabalhou, além das edificações históricas e a inserção de um anexo, toda a área vazia presente no entorno da estação. Para isso, os discentes realizaram um diagnóstico urbano e social com o intuito de detectar as demandas da área para pensar no espaço público de forma coerente. Assim, inseriram uma estrutura anexa (uma grande cobertura ondulada) para comportar a feira livre que acontece semanalmente na área e trabalharam o entorno com espaços de lazer (figura 8).

**Figura 8.** Intervenção em Estação Ferroviária - Grupo 2.  
Fonte: Acervo dos discentes, 2021.1.



Em relação ao restauro da estação ferroviária, as soluções foram semelhantes ao projeto anterior, buscando restaurar a estrutura existente. Notamos a busca por fazer a distinção dos materiais, marcando a diferença entre a arquitetura do passado e a do presente, quando faz uso dos materiais contemporâneos como a estrutura metálica da cobertura da feira. Por ser em altura mais elevada, a estrutura metálica foi disposta mais distante da estação, para evitar um impacto visual na paisagem e um ofuscamento do patrimônio. Nas soluções urbanas foram utilizadas formas mais simples e materiais mais neutros, além de delimitar percursos e conexões que favorecem a visualização e conexão com a estação ferroviária, inclusive integrando os trilhos existentes a um desenho de piso e paisagismo, de forma a dar mais visibilidade a essas reminiscências.

A intervenção possui um caráter mais abrangente, que além do restauro arquitetônico, incorpora elementos e atividades urbanas do entorno, articulando soluções de fluxos, espaços de lazer, espaços culturais e grandes estruturas, o que pode ser considerado como um caso particular de restauro urbano, definido por Carbonara. Em se tratando de uma intervenção sobre o patrimônio ferroviário, tal abordagem é salutar e exemplifica uma perspectiva sistêmica, em que sítios ferroviários obsoletos podem ser convertidos em espaços livres públicos de lazer e recreação, cujos efeitos extrapolam as imediações do leito ferroviário e podem alcançar outros aspectos da cidade, dado seu potencial estruturador na malha urbana (Medeiros, 2025).

Por fim, também se observa que além do aspecto material, a intervenção proposta pelos discentes trabalha fortemente a imaterialidade, ao reforçar a presença da feira livre, que ocorre informalmente, firmando-a junto ao projeto de restauro. Esta imaterialidade, por sua vez, é amparada por elementos projetuais claramente definidos, tais como a elaboração de um módulo de barraca de vendas para os feirantes, espelhos d'água com função ornamental e climática – pela possibilidade do resfriamento evaporativo – bancos dispostos de acordo com o traçado dos pisos, os quais seguem as linhas e marcas dos trilhos de trem. São soluções pensadas para atrair e fortalecer a presença de pessoas, dando mais significado ao uso do espaço, advindas de uma leitura sensível da área de intervenção por parte dos alunos que viriam intervir e enxergaram o restauro urbano como saída mais coerente para o caso em questão.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como visto, as discussões sobre preservação patrimonial encontram suas limitações no sertão paraibano, principalmente pela escassez e recente formação de arquitetos na área e falha na gestão patrimonial da maioria das cidades. No entanto, vislumbramos uma nova perspectiva para esta realidade, que considera o processo formativo dos novos arquitetos da região como sensível ao patrimônio em sua abordagem mais ampla.

Destacamos a importância do aporte teórico para a compreensão da não existência de um caminho único para projetos de restauro, uma vez que cada contexto demanda tratamentos e soluções específicas, em função da sua

história, paisagem e comunidade. Nesse sentido, a realização do diagnóstico com a identificação das demandas e definição de diretrizes para possíveis percursos a serem seguidos no restauro, se mostra imprescindível para projetos desse tipo.

Essa concepção é abordada no contexto da disciplina apresentada neste texto, quando traz no aporte teórico, especialmente, a Teoria da Conservação de Brandi e a Carta de Veneza (1964). Ambas permitem o desenvolvimento de uma postura mais crítica e coerente às necessidades do patrimônio material e imaterial. Assim, identificamos nos resultados diferentes percepções de um mesmo objeto patrimonial e posturas projetuais, algumas vezes, opostas, mas que se mostram pertinentes ao contexto em que se inserem, pois trazem como base, em maior ou menor ênfase, os princípios de restauração mencionados.

Ao final verificamos que embora a teoria contemporânea de restauro de Carbonara não tenha sido explorada no referencial teórico da disciplina de Projeto de Intervenções em Áreas Históricas, podemos constatar seus princípios nos projetos apresentados aqui. Isso acontece porque estão apoiados nas mesmas bases conceituais, que têm a busca pela distinguibilidade dos materiais, valorização da unidade potencial e reversibilidade da intervenção, seu ponto de partida. Logo, refletimos sobre a necessidade de incorporar as reflexões de Carbonara no aporte teórico da disciplina, de forma a explorar mais as relações entre teoria, legislações e prática nos resultados.

De uma maneira mais objetiva, Carbonara também contribui por trazer uma abordagem mais direcionada para o campo da arquitetura, facilitando a tradução da teoria para a prática. Nesse sentido, por muitas vezes percebemos uma maior dificuldade em materializar para os alunos a complexidade e subjetividade do texto de Brandi, quando estudado na íntegra e em seus próprios termos.

Por fim, no que se refere às intervenções nos sítios históricos no sertão paraibano observamos que embora a prática esteja ainda distante do ideal, as experimentações dos discentes de arquitetura e urbanismo apontam caminhos e possibilidades mais pertinentes nestes centros tradicionais, sendo essa uma das razões pelas quais o aporte teórico aqui discutido se torna fundamental de ser mais explorado.

Nesse sentido, apontamos como reflexão a necessidade de discutir mais o contexto das cidades de pequeno porte no Brasil, formulando teorias e práticas, que possam ser incorporadas aos currículos dos cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo, mais sensíveis à pluralidade das nossas cidades, que são maioria no país e possuem dinâmicas locais divergentes dos padrões europeus tão explorados na academia.

## REFERÊNCIAS

BONELLI, R.; ANDRADE JÚNIOR (TRAD.), N.; GRACO CAFEZEIRO (TRAD.), Y. A Restauração Arquitetônica Enciclopedia Universale dell'Arte, vol. XI, 1963. **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 2022.

Disponível em: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/356>.

CARBONARA, G.; ANDRADE (TRAD.), N.; GRACO CAFEZEIRO (TRAD.), Y.. A restauração não é conservação... **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 2023. DOI: 10.51924/revthesis.2023.v8.411.

Disponível em: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/411>.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRUNOZI, Ana Helena; CUNHA, Claudia dos Reis e. A preservação do patrimônio cultural nas pequenas cidades de formação recente do noroeste paulista. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, [S. l.], v. 12, n. 37, 2024. Disponível em: [https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/cidades\\_verdes/article/view/5430](https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/cidades_verdes/article/view/5430).

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

CARTA DE VENEZA. II Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza, 1964.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR). **Resolução nº 21**, de 5 de abril de 2012. Brasília, DF, 2012.

MEDEIROS, Taly Napoleão. O patrimônio ferroviário enquanto instrumento de requalificação urbana: diretrizes para intervenção em sítios ferroviários obsoletos. In: VIEIRA, Natália Miranda (org). **O campo preservacionista no Brasil**. Recife: Ed. UFPE, 2025, p. 395 – 431.

NAHAS, Patricia Viceconti. A capacidade de “escutar” o monumento. O limite entre a criatividade projetual do novo e a conservação do antigo na obra de Giovanni Carbonara. **Resenhas Online**, São Paulo, ano 16, n. 184.06, Vitruvius, abr. 2017 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/16.184/6510>>.

KUHL, Beatriz Mugayar. Comentários: Notas sobre o ensino de patrimônio na graduação. In: PESSOA, J.; SAMPAIO, A. da R.; CARSALADE, F. de L.. **Patrimônio Cultural na Contemporaneidade: Ensino**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2022, p. 52 a 60.

**Filipe Valentim Afonso**: Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU / UFPB). Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU / UFPB). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com sanduíche em *De Montfort University* (Reino Unido). Docente no UNIFSM – Centro Universitário Santa Maria de Cajazeiras-PB.

**Mirela Davi de Melo**: Doutoranda em Desenvolvimento Urbano (MDU / UFPE). Mestra em Desenvolvimento Urbano (MDU / UFPE). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente no curso de Arquitetura e Urbanismo no UNIPE – Centro Universitário de João Pessoa-PB.

**Texto recebido em:** 09/09/2025

**Texto aprovado em:** 23/03/2026